

CAPÍTULO III

INVASÃO OU OCUPAÇÃO?

3. A Impropriedade dos termos “invasão” e “invasores”, no noticiário.

Já se discutiu – assistematicamente – a impropriedade dos termos “invasão” e “invasor”.

Embora consagrados em linguagem jornalística, popular e nos círculos que estudam o problema, “invasão” e “invasor” não são denominações aceitas por todos os agentes do fenômeno.

“Invasão”, no noticiário, significa ataque à propriedade, sem dar-lhe o sentido exato, como pode associar o “invasor” a vandalismo, numa concepção errada. E nenhum estudo se conhece que avalie as possíveis consequências dessas impressões sobre a população.

Invadir e invasor (que hostiliza, agride) pressupõem a legitimação de expulsar (fazer sair, por castigo ou com violência, expelir, repelir). Essa lógica (impregnada nas próprias palavras) não destaca a injustiça social. Não a rapinagem dos que se locupletam como proprietários de enormes áreas urbanas, ociosas, enquanto influem na política oficial e lucram com a infra-estrutura da cidade cujo custo sobrecarrega a coletividade.

Mais adequados aos jornais é utilizar os termos “ocupação” e “ocupantes” - tomar posse de; estar na posse de; habitar; fixar; trabalhar – entendidos como “posse pacífica”. (SILVA, 1977, p.26)

Iniciamos o texto com essa citação⁵⁵, justamente para apresentar como já era discutido o termo invasão na década de 70 do século passado e, coincidentemente, apresentaremos a nossa visão sobre o termo invasão e ocupação como palavras dicotômicas. Ao longo da pesquisa defendíamos — e ainda defendemos — que o termo invasão e invasor carregam uma carga pejorativa, que legitima a expulsão daqueles que ocupam determinado terreno. Entretanto, fomos constatando que essa discussão era muito mais complexa do que a simples identificação de uma dicotomia.

Acreditávamos que o melhor termo ao retratar a ação dos Marotinhos seria ocupação, e tínhamos a pretensão de fazer esse debate ao longo do trabalho. Ao analisarmos as fontes e ao reler a citação acima, passamos a nos questionar se cabia escolher um termo mais adequado para compreensão da ação dos Marotinhos. Ressaltamos, primeiramente, que não concordamos com a forma que os jornalistas utilizavam o termo invasão. Os noticiários da época relacionavam o termo com o ataque à propriedade e/ou ao dinheiro fácil conquistado por meio da venda de lotes em áreas invadidas. Invasão, desse modo, tornava-se sinônimo de roubo.

⁵⁵ “‘Invasões’: o que a imprensa não diz.” de Dailton Mascarenhas da Silva. Seminário do Instituto dos Arquitetos do Brasil – BA, realizado em agosto de 1977, Salvador, p.23-27.

(...) o fenômeno não é decorrente apenas da falta de habitações para a pobreza e do fluxo de habitantes do interior para a Capital. Sem dúvida que essas causas existem e contribuem grandemente para a existência e o agravamento do problema. Em torno desse eixo, todavia, gira uma série de outros fatores dos quais a especulação (...) nas invasões ocorridas no passado, que deram dinheiro a muita gente. Ocorreu na Vila Rui Barbosa e nos Alagados a exploração campeou solta, e no Bico de Ferro, o que menos havia era casa de gente pobre; gordos e lustrosos figurões sem cerimniosamente plantaram lá casas de tijolo e telha e ou moravam nelas ou as alugavam a bom preço. Está acontecendo assim na atual invasão do Jardim Imperial, segundo colhemos em depoimentos de alguns favelados. Há entre eles muitos corretores “espertos” que cercaram os melhores lotes e vão vendendo a posse – note-se isto: vendem a “posse” – aos que vão chegando mais tarde. Estabelece-se, deste modo, um estranho comércio imobiliário, estranho, ilegal e altamente nocivo, sob todos os aspectos. (A Tarde, 29.01.1976, Editorial - Invasões, ainda?)

Essa citação retrata o posicionamento do jornal *A Tarde* sobre invasão. O jornal reconhecia que os problemas sócio-econômicos geravam as invasões, mas que havia outros elementos que impulsionavam as ocupações como, por exemplo, a especulação da posse de lotes, tema esse já discutido sobre o Movimento do Marotinho. O que se destaca nessa citação é que, apesar de reconhecerem os problemas sócio-econômicos, o jornal descreveu com detalhes como se procedia ao comércio imobiliário ilegal.

Ao longo do editorial, não identificamos, com o mesmo detalhamento, as condições de moradia e de sobrevivência de muitos ocupantes. O que se evidenciou no texto foi uma ação ilegal visando meramente o lucro. Essa forma de leitura das ocupações acabou contribuindo para um olhar generalizado, como se houvesse apenas aqueles que executavam a venda dos lotes invadidos. Desqualificava-se, assim, a luta pela moradia, retirando o aspecto político e social do problema.

Apesar de entendermos, particularmente, um tom pejorativo sobre o termo invasão, nos deparamos com alguns ocupantes do Marotinho autodenominando-se invasores, o que nos impeliu a discutir como se dava essa identificação. Foi a partir daí que começamos a notar que não nos cabia definir a melhor nomenclatura para descrever a ação do Marotinho. O que podemos fazer é discutir essa temática, mas sem negar que o termo ocupação, numa interpretação particular sobre o movimento Marotinho, seria o mais adequado e coerente ao processo histórico-social que estudamos. O intuito, portanto, de nossa análise, é expor as diferenças entre os termos, não atribuindo juízo de valor sobre o que é melhor ou pior para definir o ato.

Assim, resolvemos investigar como essas famílias, hoje, interpretam o termo “invasão” e como compreendiam sua luta a partir dessa perspectiva. Entrevistamos Valdelice Batista de Jesus, 57 anos, uma das ocupantes do Marotinho:

Entrevistadora: O que significa o termo invasão para senhora?

Valdelice: O que significa? Pra mim, eu acho no meu ponto de vista, aquela pessoa que não tem como comprar e vê aquele terreno vazio baldio, ali, que ninguém usa, que ninguém faz nada, então vai se apoderar daquele terreno. Se meter naquele terreno que não é meu, não é de ninguém, mas que tem um dono, mas não cuida. Então a gente tá precisando, não tem como comprar, então invade. Eu acho no meu ponto de vista assim, né? (Entrevista com Valdelice de Jesus no dia 07.09.2008)

Podemos verificar na fala dessa antiga moradora do Marotinho que o ato da invasão se justificava, pois o dono não estava fazendo uso do terreno. Quem invade está precisando do terreno para morar. Interessante observarmos que existe o elemento material presente que impele e determina a ação. Mas, além deste, existe o fator cultural que justifica a ação para alcançar algo que é material e que abrange, também, o lar, a casa.

A invasão se dá pela falta de condições econômicas de comprar um imóvel. Porém, ela não se processa enquanto uma ação legítima para os ocupantes somente pela presença do elemento financeiro. Se assim o fosse, se invadiria qualquer terreno. Na realidade, existe uma convergência de fatores que exige que a ação se torne legítima. Os fatores são: quanto mais pessoas ocupando o terreno, melhor, pois aumenta a possibilidade de conquistar a posse; o terreno, muitas vezes, fica próximo da atual moradia, ou da família, ou, também, do trabalho; o terreno encontra-se vazio, abandonado; e, além disso tudo, o ocupante deve ser uma pessoa sem moradia.

A junção desses fatores legitimaria a ação, pois o terreno estaria ocioso, teria várias pessoas ocupando a área e que estariam na mesma condição financeira, além disso, muitos ocupantes seriam amigos, vizinhos e, muitos deles, parentes.

O que há de interessante nisso tudo? O relevante é que ocupar, para a população do Marotinho, não era um ato que se resumisse no lucro, porque se assim o fosse, não haveria convites para ocupar. Os primeiros ocupantes tomariam conta de tudo e começariam a vender o restante do terreno. A luta era em busca de um lar, de uma casa e, para isso, compartilhavam a dura realidade de invadir um terreno íngreme sem o mínimo de infraestrutura e com todos os complicadores que podiam enfrentar. Além do mais, valia o antigo adágio popular, “a união faz a força”, ou seja, quanto mais pessoas envolvidas, maior a mobilização e maior força o movimento teria para o êxito.

Outros moradores do Marotinho se pronunciaram da mesma forma sobre o termo invasão e a luta na baixada. É importante ressaltar que, apesar dos moradores estarem utilizando o mesmo termo que os jornalistas, a classe dominante e a mídia empregava o

termo para caracterizar a posse ilegal do terreno. Os Marotinhos partiam de um pressuposto diferente.

Diante disso, por que não usar a palavra invasão para definir o movimento do Marotinho? Poderíamos argumentar que o uso dessa expressão seria uma forma de legitimar a ação empreendida contra os Marotinhos, pelo fato dos próprios ocupantes reconhecerem que estavam fazendo algo ilegal e que, portanto, a expulsão era legal do ponto de vista jurídico. O fato dos ocupantes do Marotinho utilizarem o termo invasão, não significa que seus atos não fossem válidos, pois utilizam tal nomenclatura partindo do pressuposto que se tratava de um imóvel abandonado, e que as famílias ocupantes eram carentes e sem moradia.

Apesar da argumentação política em prol da palavra ocupação, os Marotinhos se identificam enquanto invasores dentro de um ponto de vista diferente da classe dominante. Desta forma, devemos admitir que dentro de uma sociedade tão complexa, a carga política de uma nomenclatura, por mais que possa deslegitimar um movimento perante a sociedade, é a mesmo que promove a identificação do grupo que se move para a conquista de um direito social.

3.1 Marotinho e a Igreja Católica

Para tratarmos da atuação da Igreja junto ao movimento do Marotinho temos que nos reportar ao ano de 1966, momento em que os Padres Paulo Maria Tonucci e Renzo Rossi tomaram posse na paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, localizada nas proximidades do Largo do Tanque, mais precisamente no Alto do Peru, em Salvador.

A paróquia abrangia os bairros de Fazenda Grande, São Caetano e Capelinha de São Caetano, todos na periferia de Salvador, e contíguos. Segundo depoimento do Pe. Renzo a Emiliano José (2002), a população da paróquia possuía em torno de 60.000 habitantes. Padre Renzo descreveu a Emiliano José um dos primeiros choques religioso-cultural que teve logo após chegar à paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe:

Na Sexta-Feira Santa, quando se celebra a morte de Cristo, ficou entusiasmadíssimo com as milhares de pessoas presentes à procissão da Via-Sacra. Acostumado aos costumes cristãos da Itália, onde a Páscoa tem muito mais peso do que a própria Sexta-Feira Santa, pensou de si para si: se veio tanta gente hoje, imagine no domingo.

No dia de Páscoa, abriu a igreja cheio de expectativa. E se decepcionou profundamente. Esperou um pouco mais do que o normal, e não conseguiu contar mais do que dezessete pessoas. Chegou a perguntar a uma senhora das razões daquela pequena presença.

- O que está acontecendo? Por aqui não se celebra a Páscoa? A senhora respondeu que a Páscoa já tinha sido celebrada. Na sexta.

- Não, senhora. Aquela é apenas uma parte da Páscoa, a morte de Cristo. A festa verdadeira é hoje, a festa da ressurreição.

Isso o fez compreender o tipo específico de fé que vigorava no Brasil, herança da península ibérica. O povo estava mais ligado ao sofrimento. Cultuava o Jesus morto, o Jesus crucificado. A devoção a Nossa Senhora das Dores. A religião como conforto para o sofrimento. (...)

Lembra-se de ter visto um velho, com 80 anos, cair, ferir os lábios, se levantar com dificuldade, e dizer, conformedo:

- Não tem importância. Foi Deus quem quis.

Renzo, ao lado dele, não se conteve:

- Ah, Deus quem quis! Coisa nenhuma, Deus não quis nada. Você que é cretino. Anda na rua com 80 anos, não presta atenção, e depois coloca a culpa em Deus. Não se vinculava o cristianismo à ressurreição, ao fortalecimento da vida. Se Cristo ressuscita depois de três dias, há esperança. Se a ênfase é principalmente na ressurreição, há uma promessa de vida futura para o povo. Formulou uma frase, até hoje lembrada por ele, não dita a ninguém:

- Este povo não pode ser um povo verdadeiramente cristão enquanto não descobrir o valor da ressurreição. (JOSÉ, 2002. p. 69-70)

Essa citação nos demonstra que a comunidade da paróquia frequentava a Igreja no intuito de procurar um alento para suas angústias e sofrimentos. Além disto, a Igreja servia como espaço de segurança em meio aos dilemas vivenciados pela paróquia. Para Pe. Renzo “a festa verdadeira” era a ressurreição, pois ela significava esperança, possibilidade de mudança, de fortalecimento da vida. Mas como viver isso no meio de tanta pobreza, de tanto sofrimento? Padre Renzo percebia que a Igreja não tinha somente a função de transmitir o Evangelho e acalentar os cristãos, mas deveria também dar esperança àqueles que necessitavam, bem como forças para lutar e mudar a situação dos paroquianos. Isso podia ser encaminhado através do próprio Evangelho, por meio de uma Teologia da Libertação⁵⁶.

Dentro de uma realidade de muita pobreza os padres Renzo e Paulo chegaram em Salvador, provenientes da Itália, e passaram a refletir mais sobre a Igreja, o Evangelho e suas funções como missionários. Diante do trabalho a ser desenvolvido eles resolveram dividir as áreas de atuação: Pe. Renzo ficou responsável pela área do Alto do Peru e Capelinha de São Caetano — esta última se expandia até a Baixa do Marotinho e Bom Juá. Pe. Paulo se incumbiu de organizar grupos comunitários na Fazenda Grande, onde

⁵⁶ Em entrevista junto ao Pe. Renzo, ele nos explicou que Teologia da Libertação era a mesma Teologia da Ressurreição (termo que ele preferia), uma vez que se trata de uma teologia com o objetivo de libertar a alma. Não estar aprisionado, ainda que o corpo se sinta como tal.

começava a ser construída a Igreja da Vila Natal⁵⁷, feita à base de taipa. Essa divisão de trabalho se deu até 1970, pois com a chegada de Pe. Sergio Merlini eles fizeram uma nova divisão: Pe. Sergio passou a cuidar do Alto do Peru, que era a Igreja Matriz da paróquia; Pe. Renzo ficou com Capelinha de São Caetano; e Pe. Paulo assumiu definitivamente a Fazenda Grande.

De acordo com Emiliano José (2002), do final da década de 1960 ao início dos anos 70, os dois padres tomaram contato com a Teologia da Libertação e com D. Hélder Câmara. Outra grande referência para estes padres foi D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento. Ele era importante liderança no Grupo Moisés; grupo, este que se constituiu como centro de articulação da ala progressista da Igreja Católica na Bahia.

As reuniões do grupo se iniciaram nos anos de 1970 e foi um importante espaço de discussão teórica e prática da Teologia da Libertação. Segundo Pe. Renzo⁵⁸ e Délia Boninsegna⁵⁹, a linha de frente do Grupo Moisés era composta por Pe. Paulo e Pe. Cláudio Perani, importante missionário jesuíta que coordenou durante muitos anos o Centro de Ação Social – CEAS (JOSÉ, 2002).

O Grupo Moisés se constituiu em local de articulação e planejamento da ala progressista da Igreja e foi através deste que se organizou e mobilizou o Grupo de Evangelização da Periferia. Délia Boninsegna nos relatou que este grupo de evangelização era um espaço de encontro entre várias paróquias. Através deste grupo que as paróquias se organizavam e apoiavam os nichos de manifestações populares por moradia.

O Caderno do CEAS, nº 37, apresenta um artigo “Por um lugar onde morar: Subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador”, que retrata as ocupações e as enxurradas que desabrigavam muitas famílias. O artigo aborda também o apoio e a colaboração de diversas paróquias a estes desabrigados. Comenta ainda sobre a luta dos desabrigados durante as chuvas que ocorreram no ano de 1974.

As 1.500 pessoas desalojadas das áreas do Bom Juá, Capelinha, Baixa do Marotinho, Fonte do Capim e Baixa do Cacau se organizaram em comissão de 60 pessoas e foram até a Prefeitura em busca de um local provisório para ficarem. Os desabrigados

⁵⁷ A Capela de Vila Natal foi fundada com o nome de João XXIII, por Pe. Paulo Tonucci. Hoje essa capela se chama Natividade do Menino Jesus.

⁵⁸ Padre Renzo Rossi nos concedeu entrevista nos dias 14 e 17 de janeiro de 2008.

⁵⁹ Délia Boninsegna, italiana, leiga missionária, que chegou no Brasil em 1971, passou a compor a Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, trabalhando com Padre Paulo Tonucci no bairro de Fazenda Grande, além de auxiliar o movimento do Marotinho. Ela nos concedeu entrevista em 22.01.2008.

foram auxiliados pelos moradores do local, bem como por religiosos e leigos da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe. Várias famílias desalojadas se abrigaram em diversas escolas no antigo aeroporto de Itapagipe e no Barracão da Leste.

A atuação da Igreja pode ser percebida na entrevista de Délia Boninsegna, quando ela comentou sobre a orientação que Padre Paulo dava às famílias desalojadas pelas chuvas:

Final de abril, eram as chuvas de inverno, começavam as chuvas. Normalmente, a paróquia da gente era uma das mais atingidas. Então, normalmente, todo ano a gente tinha mais de 500 pessoas desabrigadas, né? Aí, a gente levava as pessoas e (...) estimulava as pessoas a invadirem as escolas, né? Paulo nunca permitiu, (...) nunca deu lugar na Igreja. Porque dizia ele - Se vocês permanecem na Igreja, as autoridades não vão fazer nada. Se vocês ocupam as escolas, aí os meninos ficam sem escola, então vocês fazem pressão. - E de fato sempre foi assim. (Entrevista com Délia Boninsegna no dia 22.01.2008)

Como podemos ver, tanto no artigo do CEAS quanto na fala de Délia, a Igreja acompanhou e auxiliou no processo de organização das famílias desalojadas e das ocupações que surgiam na periferia de Salvador. Tal ação se fez presente também na Baixa do Marotinho, onde os padres não só acompanharam a ocupação como também orientaram os moradores no processo de conflito.

A gente todo dia se encontrava com o grupo (Ocupantes do Marotinho). Era uma invasão de trezentas famílias, parecia que era uma das invasões que ia pra frente, porque era num lugar escondido e não era um lugar cobiçado. (...) Era uma invasão, a gente como dava apoio as invasões em tudo quanto é canto, aí, também era lá, na zona da gente. Aí, começou a frequentar. Paulo ia lá, fazia os encontros com o pessoal dizia ao pessoal que o problema das invasões: o futuro das invasões era quando o povo tava unido, organizado e se fortalecia na união. (Entrevista com Délia Boninsegna no dia 22.01.2008)

Uma das preocupações de Pe. Paulo, citadas por Délia, era manter a comunidade unida para poder pressionar o governo e, assim, garantir a moradia. Os padres Paulo e Renzo trabalharam juntos acompanhando e auxiliando os ocupantes. Essa preocupação em garantir melhores condições de vida para as famílias carentes foi se fecundando à medida que os padres Paulo e Renzo foram tendo maior conhecimento sobre a Teologia da Libertação. Segundo Catão, o conceito de Teologia da Libertação significa:

Libertar-se interiormente de todos os determinismos que aprendeu e analisar e cujo jugo procura sacudir 'arrumando a própria cabeça'. Libertar-se, enfim, política e economicamente, lutando para que a sociedade em que vive seja uma sociedade mais humana, em que os problemas de convivência e de subsistência se resolvam num clima de respeito mútuo e de equidade, com a participação de todos. (CATÃO, 1985, p. 78)

A libertação para aquela teologia católica progressista era o caminho privilegiado da salvação, e esta seria uma intervenção divina na vida dos homens. Segundo Catão (1985), é através da libertação que a salvação se torna presente na história. Partindo desse pressuposto, os padres Paulo e Renzo auxiliaram a comunidade do Marotinho na luta para permanecer na ocupação.

Os ocupantes da Baixa do Marotinho receberam o apoio da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe e do Grupo de Evangelização da Periferia. Foram com estes auxílios que os Marotinhos escreveram uma carta ao prefeito, pedindo que ele revisse a posição da PMS em relação ao pedido de reintegração de posse. Após a resposta do administrador municipal de que não recuaria na sua posição, a comunidade, que já estava se reunindo com frequência para discutir sobre o que iriam fazer diante da ameaça de expulsão, resolveram construir uma Associação dos Moradores da Baixa do Marotinho. Ela serviria tanto para as reuniões da comunidade quanto para a escola que eles próprios fundaram.

Isso demonstra que os moradores passaram a se preocupar com a unidade do movimento, e que através dela poderiam manter a luta. Segundo Délia, a importância da união foi muito enfatizada por Pe. Paulo nas suas caminhadas junto à ocupação e na sua participação nas reuniões de moradores.

A parceria da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe com o Marotinho não se restringiu, apenas, em auxiliar nas reuniões e na defesa de certas posturas políticas. A articulação da paróquia com os grupos Moisés e Evangelização da Periferia, permitiu contatos com outros grupos e movimentos de profissionais liberais e estudantis. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia - OAB, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Bahia - IAB, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia – DCE/UFBA e o Clube de Engenharia estavam entre as instituições que declararam apoio ao movimento e intercederam no processo de negociação com o Prefeito no intuito de impedir a expulsão dos ocupantes, como já citamos anteriormente.

A mobilização e articulação desses grupos foi importante para dar notoriedade ao caso do Marotinho. O envolvimento da sociedade civil em favor dos ocupantes trouxe questionamentos quanto à legitimidade de expulsar famílias carentes que ocuparam um terreno público. A nota emitida pelo DCE/UFBA e Diretórios Acadêmicos demonstra bem o quanto essa entidade e outras passaram a questionar a legitimidade da expulsão dos Marotinhos:

O povo baiano encontra-se traumatizado com as recentes agressões sofridas pelos moradores da “invasão” do Marotinho. Mais uma vez, a violência e a arbitrariedade das autoridades são utilizadas para contrariar os interesses do povo.

Os fatos: há mais de um ano cerca de 1.300 pessoas (300 famílias, 675 crianças) “invadiram” os terrenos da Baixa do Marotinho em busca do local onde construir a sua habitação.

Durante este tempo os moradores construíram suas casas, escolas, ruas, etc., ao tempo que procuravam as autoridades, em particular o prefeito Jorge Hage, procurando uma solução para o problema.

As autoridades governamentais mantiveram-se inflexíveis, indo de medidas judiciais, coações, etc., à ocupação policial.

Nos últimos dias, 300 soldados da Polícia Militar, fortemente armado de cassetetes, bombas de gás, fuzis e metralhadoras, asseguraram que a Prefeitura expulsasse os moradores, retirando móveis e utensílios do local, acabando com a “invasão” do Marotinho.

Os moradores do local encontram-se em desespero, com vários deles tendo sido retirados desmaiados e outros em estado de alucinação.

Os operários da Prefeitura e mesmo os soldados PM, manifestaram sinais de constrangimento diante das ordens de execução. Afinal de contas, também sofrem os efeitos dos baixos salários, a exemplo de um cabo da PM que chegou a chorar, mas se recompôs rapidamente (Jba – 6.3).

Face ao apoio prestado aos moradores, a PM reagiu: ameaçando de prisão a religiosos e membros do MDB, espancando um jornalista, intimidando e fichando jornalistas e membros do Diretório Central dos Estudantes.

No entanto, enquanto estas agressões ocorrem, não sabemos de nenhuma medida das autoridades visando solucionar a fome, o desabrigo, o abandono das crianças, o desemprego, enfim, a miséria dos moradores, que por si só, já constitui-se em violência. Violência principalmente porque tal miséria e empobrecimento da população, se dá em benefício de enriquecimento de uma minoria.

Porém, cresce a cada dia a indignação dos brasileiros diante das escaladas de violência utilizada pelas autoridades na tentativa de impedir a crescente luta do povo pelos seus direitos. Recentemente, nós, estudantes, quando em greve lutávamos contra as péssimas condições de ensino e contra o jubileamento, tivemos a Universidade invadida pelo mesmo aparato policial-militar, que hoje é lançado contra o povo do Marotinho.

Face a isso, os estudantes baianos manifestam irrestrita solidariedade aos moradores do Marotinho, ao tempo que, entendendo que o problema das invasões, longe de ser resolvido, foi gravado, vêm a necessidade de tomarmos atitudes conjuntas e capazes de fazer frente a tal estado de coisas. (DCE/UFBA -Nota publicada na íntegra no Tribuna da Bahia no dia 08.03.1976)

Como podemos ver nessa citação, o DCE/UFBA apontava o Estado como o agravador do problema habitacional por não atender os interesses do povo, por não criar medidas que pudessem solucionar a pobreza e o desemprego. A nota registra o apoio oferecido ao Movimento do Marotinho por parte da Igreja, jornalistas, membros do MDB e do DCE que tentaram impedir a expulsão dos ocupantes.

Nesse processo a Igreja teve um importante papel na articulação da sociedade civil para apoiar o Marotinho. Essa ligação advém de atuações conjuntas que se realizaram anteriormente ao Marotinho. Os estudantes universitários e secundaristas, moradores de bairros do centro e da periferia, padres e profissionais liberais atuaram conjuntamente

frente às dificuldades das famílias desalojadas durante as chuvas de 1974. Outro momento que unificou esses setores foi o apoio que deram aos estudantes pela reabertura do DCE/UFBA e rejeição à Reforma Universitária que o governo queria implantar em 1973. Além disso, surgiram diversos outros conflitos que demandaram a atuação conjunta dos diferentes setores sociais organizados⁶⁰.

De acordo com Maria Gonzalez (1997), em 1973, durante a Semana de Urbanismo organizado pelo IAB, surgiu a idéia da aglutinação de entidades. Esta idéia contou com a adesão de doze entidades que passaram a chamar esse espaço de Convênio Cultural de Profissionais Liberais. A atuação desse convênio cultural contava com a participação do setor estudantil e do setor progressista da Igreja.

A expulsão do Marotinho e a conquista dos lotes no Novo Marotinho impulsionaram a presença de grupos de bairros da periferia nas reuniões do convênio cultural. O aumento da participação dos setores de bairros nas reuniões estimulou a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido em conjunto. Nesse cenário de mobilização, as diferentes esferas da sociedade civil resolveram criar uma Comissão Provisória de Trabalho Conjunto. Essa comissão tinha como objetivo: organizar as reuniões do Trabalho Conjunto, coordenar suas ações em diferentes áreas de atuação, além de propor atividades para a sociedade.

Uma das atividades do Trabalho Conjunto foi a criação de uma “Mensagem Calendário” que tinha pretensão de divulgar as reivindicações por melhores condições de vida. Esse calendário apresentava uma foto da ocupação do Marotinho no dia da expulsão, mostrando os ocupantes desesperados e uma grande bandeira do Brasil. Após esse calendário, em 1978, o Trabalho Conjunto elaborou e publicou uma Carta de Princípios que tinha intenção de apresentar os objetivos gerais do Trabalho (CEAS, n°56, 1978).

É importante retratar como se deu o envolvimento de outros setores da sociedade com o movimento do Marotinho por intermédio da Igreja. A Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, através dos padres Paulo e Renzo, pediu a D. Timóteo Amoroso Anastácio ajuda na defesa do movimento do Marotinho. D. Timóteo solicitou a Adelmo Oliveira, que era advogado do Mosteiro de São Bento, para assumir o caso.

⁶⁰ Carta Aberta ao Prefeito de Salvador, em junho de 1975, expondo problemas da cidade; elaboração de boletins informativos para as direções de entidades; participação em Ato pela Anistia, em maio de 1977; apoio a invasão Beira Mangue, na Avenida Suburbana em Salvador, no ano de 1977; apoio ao Movimento Feminino pela Anistia, em 1977; etc. (GONZALEZ, 1997, pp.47-51)

Em entrevista, questionamos a Adelmo como ele havia se tornado advogado do Mosteiro. Ele acredita que deve ter sido a sua atuação frente aos movimentos sociais e o combate a ditadura militar. Ele ainda complementou que a atuação do mosteiro era muito progressista frente a ditadura. A Ordem dos Beneditinos era de grande importância para o movimento estudantil e outros da época, o que justifica a preferência por um advogado que já atuava em confronto com a ditadura.

Adelmo nos disse que fazia parte do MDB. Tentamos buscar informações sobre qual grupo do partido ele compunha, com o objetivo de identificar se grupos clandestinos tinham o designado para atuar no Marotinho. Entretanto, ele não quis nos revelar. Como ele mesmo disse: “Eu também tenho minhas limitações para determinadas conversas”. Emiliano José (2000) afirma que Adelmo era do grupo dos *independentes*, também chamado de *autênticos*, muito próximo a Chico Pinto⁶¹.

Adelmo Oliveira se tornou defensor do Marotinho por meio da OAB, pois a procuração que permitia os serviços dele ao Mosteiro não permitia atuar em outras instâncias que não afetasse diretamente a ordem. Diante disso, sob orientação de Adelmo e da Igreja, a Associação de Moradores do Marotinho solicitou à OAB a assistência judiciária, por não terem condições de pagar um advogado. A entidade então encaminhou Adelmo como defensor do movimento. Vale lembrar que a OAB, Seção Bahia, também atuou no Trabalho Conjunto contra as arbitrariedades da ditadura, com destaque para a atuação de advogados em defesa dos presos políticos.

Adelmo Oliveira começou a participar de reuniões no Marotinho e a realizar encontros entre a prefeitura e representantes do Marotinho para, assim, tentar reverter a posição da PMS em expulsar os ocupantes. Além de Adelmo, alguns marotinhos como, por exemplo, Carmosina, Alcebíades e Edna Pedreira, relataram a participação de Marcelo Cordeiro no Movimento do Marotinho. Mas não conseguimos contactá-lo para fazer uma entrevista.

Até onde pudemos pesquisar, a atuação de Marcelo Cordeiro se deu quando a prefeitura já havia recebido a ordem da Justiça para reintegração de posse. A partir daí, o embate com a prefeitura cresceu, o que acabou tornando necessária a presença e participação de outros setores da sociedade para, assim, fortalecer o movimento.

⁶¹ Chico Pinto ou Francisco Pinto, importante político baiano de confronto com a ditadura militar, foi prefeito de Feira de Santana em 1964 e deputado Federal em 1974, durante essas duas vezes foi cassado pelo regime militar. Ele era integrante da *ala dos autênticos* do MDB.

O apoio de diferentes entidades foi de grande valia para pressionar a PMS e o governo do Estado na tentativa de encontrar uma solução que não resultasse na expulsão. Entretanto temos que destacar o papel da Igreja no processo de auxílio ao Marotinho. O setor dentro da Igreja, ligado à Teologia da Libertação, passou a visualizar que a ordem política da ditadura militar só agravava o estado de miséria e coibia a liberdade dos cristãos, em busca de uma sociedade mais humana e, assim, mais próxima de alcançar a salvação na história.

Os adeptos da nova teologia se tornaram missionários militantes pelo combate à ditadura e pelo direito à libertação, atuando conjuntamente com militantes partidários, com organizações de esquerdas e independentes. Os padres Paulo Tonucci e Renzo Rossi se tornaram missionários militantes. Os dois trabalhavam juntos, mas possuíam suas diferenças nas interpretações sobre a realidade e sobre o modo de agir politicamente. Como Pe. Renzo nos disse em entrevista:

Paulo era radical. Segundo Emiliano, era a esquerda dos mais esquerdistas, era um padre além. (...) Quando houve a invasão do Marotinho. (Para Paulo) Era um direito do povo invadir, o povo deve lutar até o fim. Eu digo sim, mas vamos ver com as autoridades se conseguimos alguma coisa. Ele era contrário a pedir a mediação. (Entrevista com Pe. Renzo no dia 14.01.2008)

Os dois possuíam diferentes modos de agir nas ações políticas. Apesar de Pe. Renzo afirmar que Pe. Paulo era contrário a pedir mediação, Pe. Paulo sabia da importância em solicitar o apoio de D. Avelar Brandão Vilela e de conquistar aliados na sociedade civil para mediar a luta. Nas suas diferentes maneiras de agir, cada um desempenhava uma função: Pe. Paulo acompanhava mais politicamente os moradores do Marotinho; Pe. Renzo se incumbia em acompanhar a comunidade de uma forma mais intuitiva.

Entre Renzo e Paulo houve uma frutífera divisão de trabalho. Renzo era o lado prático, o homem que fazia, que operava. Paulo, mais voltado para a formulação teórica, para os princípios. Sem que, no entanto, as coisas fossem estanques. Nem Renzo descuidava de sua formação teológica (...), nem Paulo deixava de lado suas atividades práticas. Fala-se nessa divisão muito mais quanto à ênfase. E talvez por essa divisão é que se dessem tão bem, tenham sido tão amigos durante toda a vida. (JOSÉ, 2002, p. 85)

Pe. Renzo ia à ocupação e procurava escutar as angústias dos moradores. Tentava confortá-los e participava das reuniões. Enquanto isso, Pe. Paulo confeccionava histórias em quadrinhos, objetivando criar uma linguagem mais acessível aos moradores. Essas

histórias abordavam o Evangelho, o movimento e a importância da organização e união entre eles. Ele também ajudou a organizar o levantamento socioeconômico do Marotinho para, assim, divulgar à população soteropolitana as precárias condições em que viviam a família. Ele ainda acompanhava as reuniões. Foi com essa divisão de trabalho entre os padres Paulo e Renzo que eles acompanharam e participaram do Movimento do Marotinho. Délia Boninsegna e outros que compuseram a paróquia Nossa Senhora de Guadalupe também auxiliaram o movimento.

Alguns dias antes do Carnaval de 1976 a prefeitura havia mandado policiais para tentar expulsar os Marotinhos, porém não conseguiram por não possuírem uma ordem judicial. No dia 04 de março de 1976, a prefeitura tentou realizar a expulsão e, novamente, não teve êxito, pois não apresentaram um mandado. Diante dessa situação os Marotinhos se reuniram, nessa mesma noite, para fazer uma proposta de acordo e foi com essa proposição que Adelmo, D. Timóteo e a Comissão (eleita pelos ocupantes) foram tentar se encontrar com o prefeito, enquanto a polícia cercava a baixada. No dia da expulsão do Marotinho, Pe Renzo nos relatou como se procedeu o ato:

O juiz deu a ordem de expulsar. Mas, enquanto a gente não saía, o exército cercou todo o Marotinho e mandara (...) trator para derrubar todas as casas. Primeiro houve o acerto, não é? Pedindo, novamente, ao povo de deixar as casas e ninguém deixou. O exército cercou toda área. (...) Eu estava mais na área que olhava para Bom Juá e ele mais para a área que subia para São Caetano. Então, quando chegamos eu e Padre Paulo fomos proibido de entrar. Com exército de metralhadora na mão. Paulo tentou entrar, mas foi preso. Na hora dele entrar o soldado que pegaram ele e lhe impediram de entrar. Também a mim, eu fugi e entrei. Eu me lembro sempre: -Pare ou? (Ameaçando que iam atirar) -Faça se você quer que amanhã saia no jornal que um soldado matou um padre pode atirar, disse. (...) Então, veio o capitão ao meu encontro:

-Por que o senhor entrou? (Capitão)

-Por que não deveria entrar? (Renzo)

-Porque foi proibido. (Capitão)

-Proibido por quem? Este é o meu povo, se o povo está sofrendo eu como padre devo estar no meio deles. (...) O padre deve estar perto do povo que sofre. Se me proíbe de entrar, mas não tem nenhum direito de me proibir, eu entro faça o que quiser.

(...)

Logo apresenta Cardeal dom Avelar Brandão Vilela e veio também junto com ele, provoqueei a vinda de Roberto Santos. (Entrevista com Pe. Renzo no dia 14.01.2008)



Imagem 04 - No dia 05 de março de 1976, os ocupantes do Marotinho sendo despejado. “A desocupação dos barracos. Nada Ficou; Despejo coletivo, na invasão da miséria; Uma senhora grávida na ambulância; Os olhos infantis conservarão por mais um tempo a visão do drama. Na sua seriedade, uma acusação muda”.

Fonte: *A Tarde*, 06.03.1976.

A baixa do Marotinho foi cercada não pelo exército, mas pela polícia militar. Os acessos por Fazenda Grande e São Caetano estavam fechados. Padre Paulo foi preso por tentar romper a barreira. Apesar de várias tentativas de conciliação com a prefeitura, a PMS esteve irredutível no seu propósito, de tal maneira que foi realizada a expulsão do Marotinho.

Os jornais da época e Pe. Renzo, em entrevista, informam que o Cardeal D. Avelar Brandão Vilela intercedeu perante o governador em favor dos ocupantes e, após essa conversa, Roberto Santos prometeu alojar os ocupantes em outra localidade concedendo os terrenos. Padre Renzo, durante a entrevista, não se recordou direito se esse comprometimento foi antes ou depois da expulsão. Entretanto, Délia Boninsegna conversou conosco sobre essa promessa:

Durante três dias teve ida e volta com o governador, com o prefeito e etc., né? Mas já tava determinado que devia ser demolido, por uma questão de princípio.(...) Mas com essa pressão toda, com esse alarde que fez a mídia a nível nacional, então o governador se responsabilizou que ia derrubar o Marotinho, mas que ia entregar, levar o pessoal numa nova área e que ia entregar um terreno nessa nova área. (Entrevista com Délia Boninsegna no dia 22.01.2008)

Délia comentou que houve uma grande notoriedade na mídia, em rede nacional, sobre a ocupação do Marotinho. Relata também que a emissora BBC de Londres noticiou sobre a expulsão do Marotinho. Essa cobertura da imprensa nacional e internacional no caso Marotinho se deveu muito a atuação dos diferentes setores da sociedade civil e, principalmente, da Igreja em apoiar os ocupantes.

Délia concluiu que diante desse alarde em torno da ocupação, o governador disse que não impediria a expulsão. Porém, o governo iria amparar os expulsos em nova área. Essa promessa foi feita ao Cardeal e ao Movimento, tanto que os jornais da época noticiaram a doação dos lotes aos ex-ocupantes da Baixa do Marotinho, após a expulsão.

3.2 O termo invasão para Padre Renzo e Délia Boninsegna

Quando entrevistamos padre Renzo e Délia Boninsegna, observamos que eles se reportavam ao Marotinho como invasão. A partir daí procuramos compreender o que significa o termo para eles. Primeiramente Renzo nos disse:

Invasão é assim, um termo: tem dois termos, segundo a lei, segundo a mentalidade do povo. (...)
Invasão no sentido popular, especialmente: quando tem um terreno que não serve para nada, que não tem projetos e não é propriedade privada em particular, é claro que convenha se tornar (uma invasão). Se fosse propriedade privada é um direito da propriedade, é um direito reconhecido. (...) Se um terreno baldio é propriedade particular e quero invadi-lo, não pode invadi-lo se é baldio, não é um direito. Mas quando a propriedade é pública, do governo do Estado ou Federal, e não serve para nada, é baldio e o povo está no meio da rua, é um direito divino - vamos dizer-, de invadi-lo. Porque se é para tirar a propriedade do outro, mas só para ser usado para construir a própria casa. (Entrevista com Pe. Renzo no dia 14.01.2008)

Padre Renzo tenta distinguir o sentido de invasão para o Direito, e para a visão popular. Para ele uma área pública e abandonada poderia ser ocupada por pessoas que não tivessem onde morar. Ele argumenta que esse tipo de ação não cabe sobre propriedade particular. Ao questionarmos Pe. Renzo sobre o termo, ele em nenhum momento cogitou a utilização do termo ocupação, o que demonstra que, para ele, por mais que seja usado o termo na visão da lei como algo ilegal e criminoso, essa ação se tornava legítima se fosse em área pública e em benefício de famílias carentes.

Délia Boninsegna, ao longo da entrevista, utilizou o termo invasão. Perguntamos para ela qual era o significado desta palavra:

Entrevistadora: O que é invasão para você e como vocês discutiam invasão no Marotinho?

Délia Boninsegna: Invasão era um termo que a sociedade dava. Aí, a gente gostava de chamar ocupação de terras. Ensinava para o pessoal que eles não eram invasores. Porque invasores eram de uma maneira pejorativa, porque era ir contra lei. Dentro dos princípios cristãos, a terra Deus deixou para o homem. Então o homem tomava posse da terra que Deus deixou e ninguém – é um pouco a visão dos índios - é dono da terra. Quem se diz dono da terra é porque roubou, ocupou, ele mesmo invadiu a terra. (Entrevista com Délia Boninsegna no dia 22.01.2008)

Délia começou argumentando que a palavra invasão era um termo usado pela sociedade. Entretanto, relatou que a paróquia gostava de utilizar ocupação de terras e, além disso, apontou que eles ensinavam para os Marotinhos que os mesmos não eram invasores, uma vez que este termo era impregnado por uma conotação pejorativa, em razão de contrariar a lei.

Por mais que Délia identifique um sentido negativo na palavra e que não corrobore com este significado, ela usou, ao longo da sua entrevista, o tempo todo o termo invasão. Muito embora a paróquia ensinasse aos ocupantes que eles não eram invasores, foi este o termo que preponderou em sua fala. Isso demonstra uma reapropriação da nomenclatura usada pela sociedade, aplicando outro sentido ao termo invasão.

Padre Renzo e Délia fizeram uma reapropriação da palavra, sendo que o primeiro não fez analogia com o termo ocupação. Ele apenas expôs a distinção entre o sentido da lei e do popular. Délia nos disse, em entrevista, que a ocupação deveria acontecer em áreas abandonadas, por pessoas sem acesso a moradia, o que converge um pouco para com o significado popular da palavra invasão, dado por Renzo.

Por mais que a classe dominante e a mídia desejassem imprimir o significado ilegal e criminoso da palavra invasão sobre o movimento do Marotinho, os setores populares, que não estão imunes à hegemonia da classe dominante, se reapropriam das nomenclaturas e implementam outros significados. É desse modo que Renzo e Délia utilizam e resignificam o termo invasão.

3.3 Novo Marotinho – conquista ou concessão?

Nos dias 05 e 06 de março de 1976 a comunidade da Baixa do Marotinho foi expulsa com forte escolta da polícia militar.



Imagem 05 - Escolta Policial entrando na Baixa do Marotinho.

Fonte: *Tribuna da Bahia*, 06.03.1976.



Imagem 06 - Presença policial no Marotinho e as famílias retirando os seus pertences.

Fonte: *Jornal da Bahia*, 06.03.1976.

Muitas famílias não tiveram aonde ir. Segundo os jornais da época, algumas foram encaminhadas para abrigos, outras foram encaminhadas para a Fazenda Sete de Abril. As reportagens expõem o encaminhamento de algumas famílias para Sete de abril sem nenhuma associação aos lotes que o movimento receberia do governo do Estado. Essa notícia de doação dos lotes apareceu no dia 9 de março de 1976, um dia depois da divulgação, por parte do Estado, sobre a distribuição de lotes. Isso demonstra, portanto, que não houve nenhuma tentativa de acudir os desalojados do Marotinho nos dias 06 e 07 de março.

Questionamos o ex-governador Roberto Santos do porquê de sua não intervenção sobre o caso do Marotinho, antes da expulsão promovida pela PMS. Ele nos respondeu que não poderia intervir na autonomia do poder municipal. Ao pesquisar nos jornais, encontramos uma matéria relatando uma reunião entre a comissão representante dos moradores, o abade Dom Timóteo, o cardeal Dom Avelar Brandão, o governador Roberto Santos e o prefeito Jorge Hage, no dia 5 de março, dia em que já havia sido iniciada a operação de despejo dos ocupantes.

Ontem (05.03.1976) pela manhã, recebi (Dom Avelar Brandão Vilela) a visita de uma comissão liderada pelo abade D. Timóteo Anastácio que me apresentou uma proposta discutida entre os moradores para uma solução mais social do problema do Marotinho. De posse do documento e para discuti-lo, o Cardeal telefonou para o Governador Roberto Santos e marcou um encontro do qual deveria participar também o Prefeito Jorge Hage. O encontro se deu à tarde. (Tribuna da Bahia, 06.03.1976)

A comissão citada no jornal, de acordo com Edna Pedreira, ocupante do Marotinho, era composta pelo abade e por membros da comunidade. Essa iniciativa em procurar Dom Avelar se deu pelo fato desta mesma comissão ter procurado o prefeito no dia 04 de março, sem que fosse recebida pelo mesmo. A reunião não teve êxito, pois o prefeito manteve sua posição.

Por que o governador, como o responsável pela presença de Jorge Hage no cargo, não emitiu uma ordem para que não se efetivasse a expulsão? A resposta de Roberto Santos de não sobrepor-se à autonomia municipal, nos parece uma tentativa de isolamento da posição política do prefeito, deixando transparecer que essas medidas não eram compartilhadas pelo governo do Estado.

Vale destacar que a decisão do judiciário respaldava a expulsão dos ocupantes do Marotinho. A postura de Roberto Santos em não intervir era uma forma, também, de evitar um conflito com o poder judiciário, afinal rever a ordem de um juiz deveria vir de uma autoridade superior do mesmo poder. Além disso, uma interferência direta do Estado impedindo a expulsão, favoreceria o movimento, transparecendo que a invasão era legítima, podendo insuflar a propagação de outros movimentos.

O papel de mediação desempenhado pelo Estado não expôs o impasse com a prefeitura e, ao mesmo tempo, se desvinculou da decisão municipal diante do Marotinho.

Após a mediação, segundo Délia Boninsegna, o governador havia prometido ao movimento e à Igreja que não impediria a derrubada do Marotinho, mas, sem divulgar para a imprensa, doaria, em seguida, lotes para os moradores da ocupação. Padre Renzo

também nos informou sobre um acordo oral estabelecido entre Dom Avelar e Roberto Santos e que se estenderia a Antonio Carlos Magalhães.

Houve um acordo oral, de boca, entre Dom Avelar e o mesmo Roberto Santos depois da invasão e depois quando voltou a ser governador Antonio Carlos Magalhães, também. Que um terreno de propriedade pública do Estado e invadido as pessoas podem ser expulsadas com duas condições: a primeira que o governo lhe dê outro terreno; segundo que valorize o valor da casa e lhe dê o material correspondente ao valor da casa para construir no novo terreno. (Entrevista com Pe. Renzo no dia 14.01.2008)

Não averiguamos se houve essa conversa entre ACM e Dom Avelar no seu segundo mandato de governador, pois esse elemento vai além do interesse do nosso objeto. Questionamos Pe. Renzo se esse acordo oral foi realizado antes ou durante a expulsão. Ele não nos deu certeza sobre o período. Edna Pedreira, como fazia parte da comissão de moradores, nos relatou que já havia uma proposta por parte do Estado em doar os lotes aos ocupantes antes de ocorrer a expulsão.

Quando ia ser expulso três dias antes, uma semana antes, para bem lhe dizer, ficar certo, nós já tínhamos tido reunião com a SESAB, que é a Secretaria de Assistente Social do Estado e a gente ia para reunião da Igreja do Pe. Paulo. Entendeu? (...) A gente já tinha tido essa reunião com eles e ficou certo da assistente social vim e definir uma área. Antes da expulsão. Já tinha ido no palácio do governo.(...) Conversamos com Roberto Santos. Ele disse que não ia ficar assim, ele ia liberar uma área. Era tudo o que a gente queria, era não desmanchar as casas para poder dar tempo de entregar daqui (Novo Marotinho). (Entrevista com Edna Pedreira no dia 14.09.2008)

Edna informa que a doação dos lotes foi um negociação feita entre Dom Timóteo e Pe. Paulo com o governador Roberto Santos. Ela ainda acrescenta que os ocupantes já estavam conscientes de que a expulsão era algo certo. Portanto, tentavam negociar com a prefeitura para postergar a saída dos moradores até a entrega dos lotes que seriam doados pelo governo do Estado.

Nos jornais da época, até a expulsão do Marotinho, não houve registro de doação de lotes antes do desalojamento. Délia e Pe. Renzo falam, respectivamente, em um comprometimento e um acordo oral entre Roberto Santos e a Igreja. Diante desse cenário a comunidade junto com a paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, o advogado Adelmo Oliveira, Marcelo Cordeiro e Dom Timóteo tentaram adiar ao máximo a expulsão.



Imagem 07 – A comunidade do Marotinho aguardava uma posição da PMS, no dia 4 de março, sobre a tentativa de expulsão sem um mandado judicial.
Fonte: *A Tarde* 05.03.1976.

No dia 4 de março de 1976, quando a prefeitura tentou retirar as famílias da baixada, mas foi impedida por não possuir um mandado judicial, foram convocados diversos setores da sociedade para presenciarem a tentativa de expulsão da Prefeitura. Esse fato é importante, pois os Marotinhos com o apoio angariado junto à sociedade e com um advogado designado para sua defesa, estavam bem orientados sobre o que fazer com a chegada da PM.

No dia 5 e 6 de março quando o desalojamento se efetivou, toda comunidade de São Caetano, Fazenda Grande, os jornais, fotógrafos, a OAB, o IAB, o Clube de Engenharia, o DCE/UFBA, os padres, o abade Dom Timóteo, cardeal Dom Avelar e diversos outros segmentos estiveram presentes acompanhando a retirada das famílias e manifestando sua insatisfação diante do que estava ocorrendo.

O grande envolvimento da sociedade civil em torno do caso Marotinho, como já foi dito, teve uma repercussão nacional. Como haveria eleições em novembro, temendo que esse caso ganhasse mais repercussão e viesse refletir favoravelmente para o partido de oposição ao governo, o Estado tratou de, logo em seguida, prometer a doação de lotes aos desalojados.

Governo está pensando em socorrer invasores
Para amparar os invasores da Baixa do Marotinho, lançados ao desabrigo pela Prefeitura, a Secretaria do Trabalho já pensou numa solução provisória: vai

construir um barracão onde todas as famílias ficarão até saírem para as suas casas definitivamente.

A Secretária do Trabalho, D. Ivete Oliveira, disse ontem que até o final desta semana definirá, em conjunto com a Urbis o local onde os invasores ficarão. Ela advertiu, contudo, que o Governo não promete dar alimentação a ninguém e sim apenas um canto onde possam ficar. (Jornal da Bahia, 09.03.1976)

Conforme a informação anterior no *Jornal da Bahia*, as primeiras notícias fornecidas davam conta que o Estado socorreria os desabrigados por meio de um auxílio provisório e que, depois, iriam doar lotes de terra aos moradores.

Famílias de Marotinho irão para 7 de abril

Todos os invasores da baixada do Marotinho, que foram desabrigados através de determinação judicial estão sendo relacionados pela Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social para serem transferidos para a Fazenda Sete de Abril, onde ocuparão uma área de propriedade do Estado.

A informação foi prestada ontem pela secretária Maria Ivete Oliveira, adiantando que cada desabrigado terá direito a uma área de 144 metros quadrados cujos lotes estão sendo demarcados pela URBIS. Esta empresa, inclusive, se responsabilizará, futuramente, pela construção da infra-estrutura do loteamento. (A Tarde, 10.03.1976)

Como podemos ver, o *Jornal da Bahia* é do dia 9 de março de 1976 e noticiava sobre o que havia ocorrido no dia 8 do mesmo mês. Como já dissemos anteriormente, entre os dias 6 e 7 de março o governo do Estado ainda não havia declarado à imprensa o auxílio que seria prestado aos Marotinhos. Roberto Santos, após a expulsão, divulgou a doação dos lotes. As reportagens dos jornais da época e as falas da Secretária do Trabalho, Ivete Oliveira, caracterizavam a ação como uma concessão, uma preocupação por parte do Estado sobre o destino dos desalojados do Marotinho.

A entrada em cena do Estado como doador de terras, depois da retirada dos ocupantes, nos sugere a seguinte conclusão: a ação foi uma tática política do governo Estadual para caracterizar uma concessão aos apelos dos desalojados.

A distribuição de senhas para autorizar os Marotinhos a ocuparem a Fazenda Sete de Abril se deu na Igreja da Fazenda Grande. Os ocupantes, após conquistarem os lotes, ainda encontraram dificuldades. A Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social começou a distribuir as senhas, tendo como referência o levantamento socioeconômico realizado por estudantes e membros da paróquia. Após essa pesquisa, a ocupação cresceu muito. Nem todos os ocupantes foram contemplados. A Associação de Moradores do Marotinho se organizou e pediu à Secretaria do Trabalho para atender a todos. Mesmo assim algumas famílias ficaram de fora e não receberam os lotes prometidos.



Imagem 08 – Reportagem retratando famílias que não foram contempladas com os lotes na Fazenda Sete de Abril. “A alegria de capinar a sua própria terra”

Fonte: *Jornal da Bahia*, 12.03.1976.

Era necessária a escolha do nome do novo bairro que surgia. Segundo Délia Boninsegna, as assistentes sociais do governo tentaram convencer os moradores a colocar um nome diferente no novo bairro, argumentando que era uma forma de esquecer a experiência dolorosa que vivenciaram. Ela e Pe. Paulo contra-argumentaram dentro da comunidade, defendendo a história de luta daquelas pessoas. A comunidade decidiu, em reunião da associação, que o novo bairro tinha memória: Novo Marotinho! À uma nova vida estava atrelado um passado de luta e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo estudar a trajetória de formação da Baixa do Marotinho até a conquista dos novos lotes no Novo Marotinho. Para isso fizemos uma avaliação das transformações urbanas durante o século XX e nos concentramos no regime militar e o conflito que se formou entre a Prefeitura Municipal de Salvador e o Movimento Baixa do Marotinho.

Fizemos, também, uma análise sobre o processo de ocupação do Marotinho e a organização dos moradores para garantirem a sua moradia. Após isso, analisamos os conceitos de invasão tanto para os ocupantes quanto para os integrantes da Igreja, instituição essa que desempenhou um papel muito importante no processo organizativo e de articulação do Movimento com outros setores da sociedade civil.

A cidade do Salvador e sua Região Metropolitana, durante o regime militar, vivenciaram intensas modificações urbanas e industriais e isso se refletiu no processo de uso e ocupação do solo soteropolitano. Foram identificados diversos movimentos de luta pela moradia ao longo desse período. Visualizamos que diferentes gestores municipais tiveram ações mais agressivas e outros, nem tanto.

A ocupação na gestão de Jorge Hage (1975-1977) de maior repercussão midiática e política foi a do Movimento do Marotinho. O prefeito deu prosseguimento no pedido de reintegração de posse, não concedendo nenhuma espécie de acordo com os ocupantes. Quando analisamos a postura firme e enfática do administrador municipal diante da ocupação, trabalhamos com os diversos projetos que estavam sendo encaminhados pela sua gestão.

Havia uma preocupação na administração de Jorge Hage em coordenar o uso e ocupação do solo. O PLANDURB estava sendo consolidado e, ao mesmo tempo, estavam sendo encaminhados os projetos habitacionais em parceria com o Governo Federal.

Entretanto, não houve um equilíbrio em lidar com a implantação dos projetos urbanos e a realidade social e política existente na capital. A gestão de Jorge Hage atuava como se tivesse sobre sua mesa a solução de todos os problemas da cidade, mas não levava em consideração que a cidade era composta de uma sociedade que possuía anseios e idéias sobre sua realidade. Portanto, não bastava apenas projetar e implantar o que estava no papel, a Prefeitura precisava lidar e negociar com as relações de forças que compunham aquela Salvador.

As relações de forças presentes na organização e atuação do Movimento do Marotinho se deram de forma favorável, no sentido de ganhar legitimidade e apoio da sociedade contra a decisão municipal e judicial de expulsão. Os ocupantes se mantiveram unidos desde o início. Construíram a associação de moradores, atuavam em conjunto e com apoio de todos os moradores da baixada.

O Movimento do Marotinho se articulou com diversos segmentos da sociedade civil soteropolitana. Vimos no trabalho que diversas entidades de profissionais liberais, estudantes e a Igreja apoiaram a movimentação dos ocupantes. O envolvimento desses setores no conflito favoreceu os moradores, pois chamou atenção da sociedade como um todo para a questão.

Parte da Igreja, ligada à Teologia da Libertação, desempenhou um papel muito importante não só no auxílio da organização do Movimento como, também, na mediação e articulação entre as entidades civis e no processo de tentativa de negociação com a Prefeitura, instrumentalizando política e juridicamente os Marotinhos.

Analisamos a atuação da Igreja no Movimento, mas, infelizmente, não foi possível trabalhar melhor as ações desenvolvidas por Padre Paulo, pois o mesmo faleceu prematuramente. Entretanto a sua passagem pelos movimentos sociais na Bahia é uma marca importante e que merece um estudo posterior.

O presente trabalho debateu sobre a utilização do termo invasão para definir a ação dos moradores da Baixa do Marotinho. Verificamos que os ocupantes se autodenominaram invasores, tendo a visão de que ocuparam uma área ociosa e pública. Entendiam que eram famílias carentes, sem poder de compra ou sem recursos financeiros para manter um aluguel. Como eles possuíam todas essas características, entenderam que recorrer à invasão era algo legítimo.

Os integrantes da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe que acompanharam de perto toda a movimentação dos moradores, também utilizaram o termo invasão, com a mesma noção de legitimidade argumentada pelos Marotinhos. Apesar disso, tanto moradores quanto os religiosos, estavam cientes da carga pejorativa que carrega o termo invasão. Eles utilizam esta palavra aplicando um significado díspare daquele usado pela sociedade como um todo.

Nossa pretensão não foi definir qual seria o melhor termo a dar conta da ação realizada pelos Marotinhos. Particularmente, acreditamos que a palavra ocupação descreveria melhor a ação e excluiria uma interpretação dúbia sobre a atitude destas

mulheres e homens. Como acreditamos que esse trabalho é uma interpretação dentre várias outras, inclusive, a dos próprios moradores do Marotinho que se autodenominam invasores, defendemos, então, o uso do termo ocupação para definir o que aconteceu ao Movimento.

Após essa discussão, avaliamos se a doação dos lotes na Fazenda Sete de Abril, realizada pelo governador do Estado, foi uma concessão ou uma conquista. Observamos que a postura política de Roberto Santos, perante a ocupação, foi de mediador. O cargo da prefeitura era ocupado por uma pessoa de sua indicação. Ele fez uma promessa velada de doar lotes aos Marotinhos e, após a expulsão, o Estado divulgou à imprensa que acolheria e doaria lotes aos desalojados. Dentre todos esses elementos, podemos concluir que foi uma tática do governador para caracterizar sua atuação como um gestor que respeitava as instâncias administrativas do executivo municipal e do judiciário.

A doação de terras na Fazenda Sete de Abril, como o próprio termo (doação) sugere, seria uma concessão e não uma conquista levada a cabo pelos Marotinhos, por meio da luta empreendida pelos mesmos.

O Movimento do Marotinho foi a expressão não só dos ocupantes da baixada, mas, também, da Igreja e demais entidades civis que fortaleceram a ação. Essa atitude conjunta ganhou força, resultando na formação do grupo chamado Trabalho Conjunto, organização que teve bastante importância na luta da sociedade baiana contra a repressão militar e por melhoria nas condições socioeconômicas. A conquista dos Marotinhos foi resultado da luta pela moradia e, muito mais que isso, representou a luta pelo “direito à cidade”.

LISTA DE FONTES

Impressas:

- A Tarde – de março a maio de 1974, de dezembro de 1975 a junho de 1976.
- Jornal da Bahia – de março a maio de 1974, de dezembro de 1975 a junho de 1976.
- Tribuna da Bahia – de março a maio de 1974, de dezembro de 1975 a junho de 1976.
- Diário de Notícias – de janeiro a março de 1976.
- CEAS, Cadernos do CEAS. Por um lugar onde morar: Subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador, nº37, pp. 21-34, Mai/Jun. 1975.
- CEAS, Cadernos do CEAS. Drama do Marotinho, nº45, pp. 21 – 36, Set/Out. 1976.
- GOVERNO DA BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. Plano Diretor do Distrito Industrial Urbano do Município do Salvador – DINURB. Salvador, SIC-DIC, 1983. 153p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Registro de Domínio Próprio do Município. v.41, p.41.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Plano de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB, 1978.

Fonte Oral:

- Adelmo José Oliveira – entrevista realizada no dia 11.03.2008. Advogado do Movimento do Marotinho em 1976.
- Alcebiádes Ferreira Couto – entrevista realizada no dia 26.01.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho. Ex-presidente da Associação de Moradores do Novo Marotinho.
- Carmosina Ferreira Couto – entrevista realizada no dia 26.01.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Délia Boninsegna – entrevista realizada no dia 22.01.2008. Leiga integrante da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe no ano de 1976.
- Edna Pedreira Gonçalves – entrevista realizada no dia 14.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Maria José Santos – entrevista realizada no dia 07.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Paulo Segundo da Costa – entrevista realizada no dia 19.05.2008. Ex-secretário de Urbanismo e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Salvador em 1976.
- Renzo Rossi – entrevista realizada no dia 14.01.2008. Padre da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe.
- Roberto Santos – entrevista realizada no dia 20.05.2008. Ex-governador do Estado da Bahia no ano de 1976.
- Romilda dos Santos – entrevista realizada no dia 09.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.
- Valdelice Batista de Jesus – entrevista realizada no dia 07.09.2008. Ocupante da Baixa do Marotinho e a moradora do Novo Marotinho.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas Sobre o “Enigma Baiano”. Revista *Planejamento*. Salvador: Seplanteq/ CPE, v. 5, n.4, Out/Dez, 1977.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. “A Economia de Salvador e a Formação de sua Região Metropolitana”. In: CARVALHO, Inaiá M. M. e PEREIRA, Gilberto Corso (org.) *Como Anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. pp. 11- 53.

ANDRADE, Eliziário S. *Nova Ofensiva do capital sobre o trabalho*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA. *Bahia de Todos os Fatos - Cenas da vida republicana(1889-1991)*. Salvador: 1997.

BARROS, José d’Assunção. “História, Espaço e Tempo interações necessárias”. Revista *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.22, nº36: p.460-476, Jul/Dez 2006.

BOFF, Leonardo. *Teologia da libertação e do cativo*. Lisboa: Multinova, 1976.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. “Salvador: da transformação do centro à elaboração das periferias diferenciadas”. In: LIMA, Paulo Costa (coord.). *Quem Faz Salvador*. Salvador: UFBA, 2002, p. 151-161.

_____. O último Dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. Origens da expansão periférica de Salvador. *Revista de Planejamento*. Salvador: Seplanteq/CPE, v.6, n.2, abr./jun.1978.

_____. Estrutura Física, Organização Social e Dinâmica do Crescimento de Salvador. In: COLEÇÃO ESTUDOS BAIANOS. *Cidade Do Salvador. Aspectos Geográficos, Históricos, Sociais e Antropológicos*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, nº1, 1960, pp. 99- 112.

CATÃO, Francisco. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a Liberalização do Regime Autoritário (1974 -1985). Revista *Dados*, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, v.48, n.001, Jan/ Mar. Rio de Janeiro – Brasil, pp. 115-147, 2005.

CARVALHO, Inaiá M. M. e PEREIRA, Gilberto Corso. Segregação Sócio-Espacial e Dinâmica Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá M. M. e PEREIRA, Gilberto Corso (org.). *Como Anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006.

CEAS, Cadernos do CEAS. Movimentos de Articulação, nº 56, pp. 29- 35, jul/agost. 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUVEAU, Agnes & TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, Autocracia e Carisma. A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Rosali Braga. *Periferização sócio-espacial em Salvador, análise do Cabula, uma área representativa*. Feira de Santana: *Sitientibus*, n.11, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia e ALBERTI, Verena (Orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/FGV, 2000.

FRANCO, Ângela Maria A. *Habitação popular e solo urbano em Salvador*. 1983. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZALEZ, Maria Victoria Espiñeira. *O partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997.

GORDILHO SOUZA, Ângela M. *Limites do Habitar*. Tese de Doutorado, FAUUSP, 2000.

GORDILHO SOUZA, Ângela M. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador: 1946/1989*. 1990. Dissertação de Mestrado em Arquitetura – Rio de Janeiro, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais Urbanos. Os desafios da construção da cidadania*. In: CEAS, Cadernos do CEAS, n° 129, pp. 35- 43.

JOSÉ, Emiliano. *As Asas Invisíveis do Padre Renzo: uma história singela de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

_____. *Galeria F- Lembrança do Mar Cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. E a Bahia civiliza-se ... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912/1916. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LESSA, Antônio Carlos Moraes. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, N° 38 (1), 1995, p. 24-39.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. As Invasões em Salvador: uma alternativa habitacional. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MOURA, Milton. Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador. In: CEAS, Cadernos do CEAS, n°125, jan/fev. 1990, pp. 25-41.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Invasões em Salvador. Um Movimento de Conquista do Espaço para Morar. (1946-1950). Dissertação de Mestrado em História. PUC, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Nelson. “Sob o manto da concórdia: Bahia como contrafação da concórdia”. In: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. *A Outra Face da Moeda. Violência na Bahia*. Salvador, pp. 11-29, 2000.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Lutar, Anotar e Lembrar – Uma reflexão sobre a produção da memória dos movimentos populares e suas possibilidades de pesquisa. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA –ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson. Objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PORTELLI, Hughes. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RUDÉ, George. *A Multidão na História. Estudos dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SADER, Eder. *Quando Novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Antonio Heliodório. Considerações ao planejamento urbano moderno de Salvador. In: LIMA, Paulo Costa [et al] (Coord.). *Quem faz Salvador*. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2002, pp. 188-193.

- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do Homem*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- _____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Progresso/ UFBA, 1959.
- SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos Sociais Urbanos*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SILVA, Abigail Alcântara. “Eu nasci aqui, na maré...”: a luta pela moradia e consolidação do espaço em Alagados. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- SILVA, Dailton Mascarenhas. “Invasões”: o que a imprensa não diz. In: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL- SEÇÃO BAHIA. Seminário: Invasões em Salvador, agosto de 1977, pp. 23-27.
- SINGER, Paul. *A economia urbana de um ponto de vista estrutural: caso de Salvador*. São Paulo, 1977.
- SOARES, Magda. Alfabetização: a ressignificação do conceito. In: *Construção coletiva: contribuição à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO/ MEC/ RAAAB, pp.87-94, 2005.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves (Org.). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis: Brasileira de Ciências, 1980.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Planejamento Urbano e Ativismos sociais*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1987.
- _____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *As peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.